

SENTIR-SE À MARGEM PELAS SUAS IDEIAS

ENTENDER OS FUNDAMENTOS DO ENQUADRAMENTO PRÓ- IMPEACHMENT

Fanny Vrydagh*

Então, mesmo durante a minha época de colegial foi também um exercício político, especialmente em debate, entendeu? Foi um exercício político que eu achei bem bacana. -

Como os estudantes das suas aulas concordaram com o fato de que você tinha um posicionamento, sei lá, diferente? - Não concordaram. Não concordavam. Digamos que isso me fazia ficar à margem da sala, por assim se dizer. Por conta dos meus posicionamentos, muitas vezes eu acabava sendo jogado de escanteio

(Militante do Movimento Brasil Livre, 20 anos)

* Pesquisadora do Centre d'étude de la vie politique (CEVIPOL) da Université Libre de Bruxelles e do Centro de pesquisas AmericaS. O presente texto foi originalmente publicado em Louault et al. (2022) e foi traduzido, com autorização da autora, por Lúcia Moreira.

Introdução

O conceito de margem constitui um instrumento heurístico para entender o Brasil e as suas particularidades. Observável designadamente através da fragmentação do espaço urbano, reflexo das desigualdades socioeconômicas que o caracterizam, este conceito também se encontra onde não é esperado. Propomo-nos a importar este conceito - derivado sobretudo dos trabalhos de geografia e de sociologia urbana - para examinar um fenómeno político, o da adesão ao significado dado à luta para ideias e valores de direita radical e extrema.¹

No extrato da entrevista acima, é um jovem militante da organização de movimento social *Movimento Brasil Livre* que se identifica à margem da sua turma por causa do seu posicionamento político. Para ele, o fato de defender ideias políticas de direita numa sala de aula o faz sentir-se injustamente marginalizado. Neste artigo, identificamos esta representação de marginalidade que está no cerne dos discursos do movimento social de direita extrema e radical ativo entre 2014 e 2016 no Brasil. Com base numa investigação mais ampla dedicada ao estudo do engajamento militante no seio do movimento social de direita que apoiou a impeachment de

1 No processo desta investigação, retomamos a diferenciação proposta por C. Mudde (1996), que especifica que os partidos políticos de direita radical são de natureza anti-egalitária e anti-liberal. Eles rejeitam o pluralismo e os direitos específicos das minorias, mas respeitam o quadro democrático. Os partidos de extrema-direita (ou ultra) são anti-egalitários e anti-democráticos: eles rejeitam o quadro democrático imposto (Snow 2013, p. 1116). As organizações na quais incide esta investigação correspondem maioritariamente à categoria da direita radical, embora uma delas tenha apoiado reivindicações pró-intervenção militar que a aproximam da extrema-direita. Para maior legibilidade, classificamo-los neste texto simplesmente como “de direita”.

Dilma Rousseff,² focamo-nos sobre alguns enquadramentos da ação coletiva específicos de duas organizações do movimento social que lideraram a organização das manifestações pró-impeachment: o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e os *Revoltados ONLINE* (ROL).

| Caraterísticas | <i>Revoltados ONLINE</i> | <i>Movimento Brasil Livre</i> |
|----------------------------------|---|---|
| Nascimento oficial | 2010 | 2013 |
| Figuras públicas | Marcello Reis, <u>Beatrice Kicis</u> | Kim <u>Kataguri</u> , Fernando Holiday |
| Número de membros recenseados | 12 | 40 |
| Número de entrevistas realizadas | 8 | 23 |

Tabela 1: Principais características do MBL e do ROL

O enquadramento da ação coletiva corresponde à formatação dos objetivos da luta e dos motivos desta luta, tendo como finalidade que estes ganhem em centralidade, que sejam ouvidos, considerados e potencialmente seguidos pelo público.³ Esta formatação é formulada por e para os indivíduos que compõem o grupo, mas igualmente em interação com os públicos-alvo, os “potenciais aderentes ao movimento” que devem ser convencidos do fundamento da luta. Para este efeito, uma organização de movimentos sociais produz

² Este artigo é extraído do trabalho de investigação realizado como parte da tese de doutoramento de Vrydagh (2020).

³ Benford e Snow (1988).

enquadramentos mobilizando “repertórios discursivos”,⁴ bem como “repertórios de ação – na sua utilização ‘fraca’”.⁵ Os repertórios discursivos podem ser observados a nível meso na comunicação oficial das organizações (que exprimem principalmente nos meios de comunicação ou nas redes sociais), mas igualmente a nível micro, nos discursos dos militantes recolhidos em entrevistas. Os repertórios de ação referem-se à forma como as mobilizações são encenadas. De fato, as formas de organização de ações coletivas participam na imagem que a organização quer dar à luta, ela é também um portador de significado.

Os dados em que se baseia esta análise do *significado dado* são extraídos de um trabalho de campo realizado no Brasil entre 2015 e 2018, durante o qual foram realizadas 31 entrevistas com militantes destas duas organizações. Em paralelo, foi realizada uma observação em tempo real do movimento como um todo, permitindo uma comparação das narrativas recolhidas em entrevistas com os enquadramentos produzidos a nível meso pelas organizações. Os dados compilados foram reorganizados utilizando um quadro de análise teórica construída de forma indutiva, o que permitiu que os diferentes padrões dominantes emergissem dos próprios dados para cada organização.

Este estudo propõe analisar os enquadramentos específicos do MBL e do ROL, duas organizações que se formaram como contrapúblicos, à luz da representação do conceito de margem. Em primeiro lugar, voltamo-nos ao conceito de contrapúblico e

4 Steinberg (1998).

5 Offerlé (2008).

às ligações heurísticas evidentes com o de margem. Em segundo lugar, examinamos as principais características dos enquadramentos identificados como específicos destes contrapúblicos. Finalmente, estendemos a nossa reflexão à transformação do estatuto destas duas organizações, passando de contrapúblico para público.

Os enquadramentos específicos dos contrapúblicos subordinados

A noção de contrapúblico que utilizamos é composta a partir da concetualização da esfera pública por Jürgen Habermas, que designa um espaço de discussão abstrato próprio da sociedade moderna onde “assuntos públicos” são discutidos fora do controle do poder central.⁶ Este espaço é formalizado e caracterizado por discussões de interesse geral garantidas pela liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de reunião; ele evolui sob a forma de instituições parlamentares representativas.⁷ Entre as críticas dirigidas à noção habermasiana, Nancy Fraser desenvolve a ideia segundo a qual aqueles que não são capazes de discutir “racionalmente entre pares” formam públicos “fracos” que estão numa posição subordinada em comparação com públicos “fortes”.⁸ Em outras

6 Habermas (1992).

7 Nancy Fraser citada por Michael Warner (2002: 246).

8 Fraser (1990). J. Habermas reconheceu a existência de uma multiplicidade de públicos de forças variáveis que se sobrepõem, incluindo os públicos que energizam a evolução das instituições democráticas, desafiando ativamente as suas condições de “subordinação”, tais como as feministas de segunda geração na Europa ou as minorias

palavras, estes públicos representam-se e apresentam-se como públicos que se encontram à margem da esfera pública principal.

Desenvolvendo esta reflexão, Michael Warner aprofunda a contribuição de Nancy Fraser, sublinhando que estes espaços públicos de deliberação são sobretudo “marginalizados” devido à relação conflituosa que mantêm com o espaço público dominante.⁹ De fato, ele considera que não é o fato de “ser subordinado” (por características sociais, étnicas ou econômicas) que confere aos membros de um grupo social um estatuto de contrapúblico, mas sim a consciência de “não ter uma palavra a dizer” e de ser desacreditado pelo público dominante: “A *counterpublic* maintains at some level, conscious or not, an awareness of its subordinate status. The cultural horizon against which it marks itself off is not just a general or wider public, but a dominant one”.¹⁰

Portanto, a noção de contrapúblico não se liga tanto ao fato de estar objetivamente à margem de um grupo quanto à representação subjetiva de estar à margem, a qual é partilhada pelos indivíduos de um mesmo grupo. A representação que o grupo faz de si próprio como estando à margem de um espaço que detém o que é “certo e verdadeiro” constitui, portanto, o ponto fulcral deste conceito. De fato, o público dominante é

étnicas nos Estados Unidos. Nancy Fraser, *The Theory of the Public Sphere. The Structural Transformation of The Public Sphere* (1962) citado em *The Habermas Handbook* (2ª ed., p. 660). Columbia University Press, 2017.

9 Warner (2002).

10 Warner (2002: 86) [“Um contrapúblico mantém em algum nível, consciente ou não, uma percepção de seu status subordinado. O horizonte cultural no qual ela se distingue não é apenas um público geral ou mais amplo, mas um público dominante”].

composto por “*those that can take their discourse pragmatics and their lifeworld for granted, misrecognizing the indefinite scope of their expansive address as universality or normalcy*”.¹¹ O autor ilustra sua contribuição citando certas tendências culturais e grupos religiosos fundamentalistas.¹²

O conceito de contrapúblico subordinado permite-nos apreender a especificidade da formação das organizações do movimento social ROL e MBL através da lógica dos atores. A organização mais antiga, os ROL, nasceu no Facebook em 2010, mas as suas origens remontam ao tempo da plataforma online Orkut.¹³ A maioria dos ativistas do MBL também frequentaram grupos de discussão online em redes sociais, Orkut e depois Facebook, para partilhar ideias e discutir a política nacional.¹⁴ Os militantes fundadores de ambos os grupos investiram os fóruns do Orkut e do Facebook entre 2006 e 2013, período em que os governos do PT (Lula II e Dilma I) gozavam de uma grande popularidade. Eles achavam que nestes espaços de discussão online eles podiam criticar livremente a gestão do Partido dos Trabalhadores e partilhar os seus sentimentos sobre o escândalo

11 Warner (2002: 88) [“aqueles que podem considerar que sua pragmática discursiva e seu mundo da vida estão garantidos, reconhecendo erroneamente o escopo indefinido de seu discurso expansivo como algo universal ou normal”].

12 O conceito foi aliás aplicado aos eleitores de D. Trump por A. Freya Thimsen (2017).

13 Desativado em setembro de 2014, o Orkut é uma plataforma online que precedeu o Facebook e foi muito bem-sucedida no Brasil.

14 Esta atividade online foi estudada pela politóloga brasileira C. Rocha (2019) no âmbito da sua investigação de doutoramento. Ela mostra como as comunidades ultraliberais, que também descreve como contrapúblicos subordinados, foram formadas na Internet desde o Orkut e desenvolveram a consciência de serem rejeitadas por um público dominante devido às suas ideias e valores neoliberais, conservadores para uns, libertárias para outros.

de corrupção do Mensalão, que tinha abalado a base governamental durante o primeiro governo Lula (2003- 2006).

Como explica Michael Warner, a qualidade de “ser subordinado” está também ligada ao desejo do contrapúblico de constituir um espaço de deliberação secundário onde a identidade e a visão do mundo dos membros podem ser discutidas livremente e segundo as suas próprias regras de deliberação, fora do espaço público dominante. Estes espaços de deliberação, neste caso O Facebook, Orkut e outros fóruns online, podem ser vistos como “espaços livres” (*free spaces*) que correspondem a espaços institucionais onde novas identidades têm espaço para serem forjadas, tal como definido por F. Polletta e J. Jasper (2001: 288). Estes “*free spaces*” são “libertados do controle físico e ideológico dos que estão no poder” e proporcionam espaços onde os indivíduos que se sentem marginalizados podem desenvolver “ideias contra-hegemônicas e identidades de oposição”.¹⁵

Em termos concretos, para os militantes que formam o MBL e os ROL, estes espaços online constituem lugares de intercâmbio e discussão através dos quais eles formam e reforçam as suas ideias e valores e desenvolvem uma identidade coletiva de contrapúblico. Que se trate de militantes envolvidos nos ROL como no MBL, vários relatos do seu envolvimento referem-se a estados afetivos negativos (vergonha, medo) que se transformaram em satisfação do trabalho desenvolvido ou um sentimento solidário de integração ao grupo como resultado da utilização destas plataformas online. O engajamento no seio da

15 Polletta e Jasper (2001: 288 e 292).

organização lhes dá um sentimento de integração, devolvendo significado às suas crenças, ideias e valores. Este sentimento partilhado é uma das facetas do conceito de identidade coletiva; ele consagra a legitimidade de uma causa desde que esta seja partilhada por vários indivíduos. Este sentimento de estar à margem coletivamente, de pertencer a um mesmo grupo e de ser solidário é essencial para entender os motivos do seu envolvimento, motivos esses que são também formalizados através dos enquadramentos da organização, uma vez que o objetivo do enquadramento é a sensibilização para a pauta da luta.

A diferença entre aqueles contrapúblicos subalternos, como os denomina Nancy Fraser, e estes que analisamos reside na qualidade da dominação *per se*. Estas nuances semânticas levam Michael Warner a substituir o termo “subalterno” por “subordinado”, a fim de diferenciar a sua leitura da de Nancy Fraser.¹⁶ A estigmatização, da qual os contrapúblicos subordinados no nosso estudo afirmam ser o objeto, parte de um sentimento real, mas é amplificada por uma retirada para uma

16 O livro *The Bolsonaro Paradox* foi publicado depois que este artigo foi escrito. Os autores vão um pouco além, mostrando que mais do que o status desses contrapúblicos (o que significa serem periféricos em relação aos dominantes), é sua forma de se expressar, usando a contrapublicidade, que os define como contrapúblicos. A contrapublicidade é definida como uma forma de chamar a atenção, causando choque e perturbação na ordem social. Os contrapúblicos usam a contrapublicidade porque assumem e acreditam que mesmo os discursos são estruturados pelos códigos do público dominante, portanto, para defender a si mesmos e suas ideias, eles o fazem usando a retórica do choque e da incorreção política. Neste artigo, “ethos do dominado” e “ethos panfletista” podem ser considerados como expressão da contrapublicidade. Eles usam essa retórica como forma de reforçar sua percepção compartilhada de subordinação e também como forma de lutar por suas causas (Rocha, Medeiros e Solano (2021).

posição fechada de vitimização. Os próprios militantes no centro do movimento pró-impeachment mencionam uma estigmatização de natureza “ideológica”. Eles não são objeto de uma opressão legal ou informal, mas eles sentem esta opressão na sua vida cotidiana. Este fenômeno de percepção de estigmatização ideológica corresponde ao que a socióloga A. Stein observa no seu estudo sobre os militantes contra o casamento gay nos EUA nos anos 90. Ela identifica como a vergonha, o sentimento de rejeição pelas suas ideias e os seus valores, leva os militantes a juntar-se e a formar um movimento social para se defender.¹⁷

Este sentimento coletivamente partilhado de estar à margem é assim expresso nos enquadramentos produzidos pelas duas organizações brasileiras, o MBL e os ROL. Para além das especificidades retóricas apresentadas abaixo, estes enquadramentos também jogam com a corda emocional a fim de “conquistar os corações”. Os enquadramentos dos contrapúblicos subordinados darão assim significado a uma identidade de direita, eles propõem um quadro de leitura alternativa que reposiciona o indivíduo no centro do debate político, enquanto ele próprio se representava como estando à margem pelas suas ideias. Estes enquadramentos carregam a “bateria moral”¹⁸ do militante, que oferece uma metáfora da passagem da vergonha de “ser de direita” ou do medo de estar à margem, para sentimentos positivos e gratificantes como o

17 Stein (2009: 383).

18 Jasper (2012).

orgulho de fazer parte de um grupo ou a raiva que os motiva a agir e a mobilizar-se.¹⁹

Do ponto de vista da formulação dos enquadramentos produzidos por estes contrapúblicos, a nossa análise mostra que estes últimos se diferenciam por duas tendências retóricas específicas, observáveis no seu registro discursivo e na escolha dos repertórios de ação. Vamos agora explorar as duas principais características retóricas destes enquadramentos específicos: primeiro, o estilo retórico do “*ethos* do dominado”, e segundo, o do “*ethos* panfletista”.

1. “*Ethos do dominado*”

As duas organizações que desenvolvem a identidade coletiva de contrapúblico subordinados constroem os seus enquadramentos através da mobilização de um “*ethos* do dominado”.²⁰ Eles se apresentam como dominados, ideologicamente oprimidos e se identificam como vítimas injustamente marginalizadas de um público dominante. Este

19 No seu modelo teórico, L. Britt e D. Heise (2000) decompõem o processo em diferentes fases: a vergonha relacionada com uma característica que toca à identidade tem de se tornar medo, este medo tem de ser transformado em raiva para que “a vulnerabilidade se transforme em domínio”. Esta transformação realiza-se através dos quadros da ação coletiva : “*By modifying the frame from one of innate deviance to one of oppression, individuals may come to feel angry not only because the system is quiet unjust but because they have been made to feel ashamed*”.

20 De acordo com a disciplina da retórica, o discurso pode ser compreendido a partir de três dimensões: *ethos*, *pathos* e *logótupos*. Estas dimensões permitem categorizar o tipo de discurso emitido. De fato, a força argumentativa de um discurso, a sua capacidade de convencer, pode basear-se na pessoa do orador (*ethos*), na receptividade da audiência (*pathos*) ou na própria mensagem (*logótupos*). No caso dos repertórios discursivos mobilizados pelos contrapúblicos, é a dimensão *ethos* que domina (Meyer, 2010: 14-18).

repertório discursivo está também ligado à definição de um “público dominante” (neste caso “a esquerda”, “o sistema”, “os meios de comunicação social”) em que os indivíduos dizem não poder se expressar livremente. A mobilização desse ethos nos enquadramentos aparenta-se a uma antiparástase,²¹ em outras palavras: a pessoa culpada inverte a acusação para se apresentar como uma vítima que merece louvores.²²

Por exemplo, no caso do MBL, em termos da escolha dos repertórios de ação, a mobilização do repertório de ação “autonomista”²³ (por exemplo, a ocupação do congresso em Brasília em Outubro-Novembro de 2015 ou a Marcha pela Liberdade em Março-Abril de 2015) visa, através da encenação da ação, devolver legitimidade às ideias e valores defendidos principalmente entre os jovens. De fato, a escolha deste tipo de mobilização não é insignificante: ela visa afirmar o lugar destes militantes no terreno da luta social e política – considerado como confiscado pelos movimentos de esquerda – e apropriar-se dela.

Em termos concretos, esta saída da margem pode ser vista tanto nas manifestações públicas no centro de São Paulo, numa das principais avenidas da cidade, como nas formas como os

21 Identificado em discursos neo-reacionários por P. Durand et S. Sindaco (2015).

22 Esta forma de investir os discursos e estratégias de ação também é observável em outras regiões do mundo. D. Paternotte e R. Kuhar (2018: 12) observam este processo nos seus estudos dos movimentos anti-gênero na Europa. Ambos se referem à análise de R. Wodak (2015) que identifica os elementos constituintes da retórica populista dos partidos de extrema-direita e de direita radical na Europa e nos Estados Unidos. Ela identifica uma estratégia de inversão dos papéis de vítimas e de atormentadores utilizada nos discursos.

23 No sentido de A. Mische et A. Alonso (2016).

militantes apresentam as suas ações coletivas. Assim, eles transmitem discursos como aqueles ouvidos na boca dos militantes durante as nossas observações de campo em 2015: “também nós podemos fazer ocupações democráticas”, “também nós temos artistas que defendem a nossa pauta e vêm tocar nas nossas manifestações”.

A sua estratégia visa reapropriar-se das práticas de protesto de outros movimentos sociais, a fim de mostrar que as suas ideias são tão legítimas como as defendidas por estes últimos. A implantação destes repertórios de ação baseia-se assim no *ethos* do dominado e visa reequilibrar um equilíbrio de poder que seria dominado pelos movimentos de “esquerda”. Porque eles consideram que a sua identidade é injustamente rejeitada, eles investem em repertórios de ação “dominantes” para afirmar uma capacidade de protesto que é igual ou mesmo superior à de outros movimentos sociais. Esta apropriação constitui uma *antiparástase* característica do seu argumento. Eles procuram demonstrar através da ação coletiva que as suas pautas e reivindicações são tão legítimas como as dos outros movimentos.

Nos enquadramentos discursivos das duas organizações, MBL e ROL, isto é expresso pela descrição de um PT todopoderoso, de meios de comunicação social politicamente orientados e que defendem o espaço dominante, mas também de um establishment de esquerda que os impediria de expressar livremente a sua identidade de “direita”. Por exemplo, nos enquadramentos produzidos pelos ROL, a produção midiática é criticada por não dar crédito à sua luta. Isto é mencionado pelo

principal líder da organização, Marcello Reis, quando recorda as manifestações organizadas com cerca de uma dezena de pessoas, na Avenida Paulista, entre setembro de 2013 e agosto de 2014:

A gente começou com seis pessoas, igual à Revolução Francesa, aí passamos pra vinte pessoas, tanto que a Folha de São Paulo, todos os jornais, mas mais a Folha, ta? Esquerdista. Fica tirando sarro da gente do MASP, [risos] é porque aí fechava farol, aí a gente ia na área pedestre, buscava cartaz, bem ali no farol e ficava. Aí abria e a gente saía. Então, é, começou assim. E na internet...

O quadragenário evoca uma comparação com um símbolo forte, a Revolução Francesa, para ilustrar a sua convicção da legitimidade da sua luta. Para ele, o principal jornal diário de São Paulo teria, na altura, evocado de forma anedótica, esta mobilização de uma dezena de pessoas contra o PT e a favor de uma intervenção militar.²⁴ O militante volta a este episódio para afirmar o sentimento de não ter sido levado a sério, de ter sido marginalizado pelos meios de comunicação social.

Do lado do MBL, o público identificado como dominante é definido como “a esquerda”, constituída por todos aqueles que rejeitam ideias e valores “liberais”. Como um militante explica numa entrevista, para ele, ser de direita é sobretudo defender o liberalismo, uma posição que é a fonte de juízos de valor e mal-entendidos, como o mostra o seguinte extrato:

24 Os ROL apelaram a uma intervenção militar para « salvar o Brasil do PT e dos seus excessos comunistas » até 2014. Os enquadramentos alinharam-se com um discurso menos radical desde as primeiras manifestações organizadas após a reeleição de Dilma Rousseff (1 de novembro de 2014, 15 de novembro de 2014 e 6 de dezembro de 2014).

Aí você se dizer de direita no Brasil ainda é muito ligado ao regime militar né. Infelizmente a gente tem ainda políticos e parlamentares que gostam, igual o Bolsonaro que é um deles né, e eu acho que é o maior deles. Então quem não conhece sempre liga a direita ao Bolsonaro e obviamente ao regime militar. E é totalmente contrário a isso né. O MBL é um movimento liberal suprapartidário, contrário a ditaduras, sejam elas esquerda ou direita, mas se você fala que é de direita hoje, você é chamado de fascista, enfim...
- É, ou intervencionista ou golpista.
Exato, exato. Então a gente ainda sofre muito com esse tipo de coisa (Militante masculino do MBL, 20 anos) .

No extrato acima, o militante refere-se explicitamente à dor de ter as suas ideias e valores rejeitados e desvalorizados. Ele sente que está sendo associado ao que ele próprio rejeita: as ditaduras, e particularmente o regime militar brasileiro. Essa discrepância gera tanto um sentimento de desconforto (a vergonha de ser julgado) quanto, ao mesmo tempo, um forte sentimento de injustiça. Este sentimento de estar injustamente desacreditado pelas suas ideias é reforçado pela sua pertença ao contrapúblico, um espaço em que tais sentimentos são verbalizados e partilhados.

Em um trabalho anterior realizado com C. Jimenez-Martínez, explicamos que esta apresentação de si mesmos não resiste a uma análise mais profunda que ultrapassa a construção discursiva.²⁵ Para além das representações, as suas condições socioeconômicas objetivas não implicam qualquer alienação, marginalização social ou estigmatização. No entanto, é importante entender que é o significado dado que constitui o

25 Vrydagh e Jimenez-Martinez (2021).

motor da ação: estas representações estão na origem da força de engajamento dos militantes e do movimento.

2. “Ethos *panfletista*”

A segunda característica destes enquadramentos produzidos por contrapúblicos subordinados reside na formulação dos discursos que denominamos “*ethos* panfletista”. Essa forma de formular os discursos é identificada por S. Sindaco e P. Durand como uma das características do discurso neo-reacionário francês. Três elementos são constantemente recorrentes: o enunciador, um adversário e a “Verdade”. O discurso opõe-se de forma teatral a um detentor do argumento moralmente correto contra uma forma de autoridade injusta e mal-intencionada. A mensagem constitui também um contradiscurso, seu enunciador procura mais alertar para a urgência de uma situação, do que fundamentar argumentos.²⁶ Para ambos os grupos, esta expressão do *ethos* panfletista se traduz na oposição à imprensa *online* brasileira, mas também internacional.

Desde as suas primeiras ações em 2014, o MBL começou a formalizar a sua oposição à imprensa nos seus enquadramentos. De fato, esta última é acusada de transmitir ideias hegemônicas de “esquerda” às quais a organização se opõe. Ele vê a sua relação com esta última como uma “guerra de narrativa”. Os enquadramentos produzidos pelos ROL diferem dos do MBL na sua utilização intensiva desta retórica associada às denúncias de conspirações. O MBL condena a imprensa tradicional, mas

26 P. Durand e S. Sindaco (2015: 27 e 29).

também, de uma forma mais geral, os “meios de comunicação social”, que ele considera estarem do lado dos seus “inimigos”. O extrato da entrevista abaixo, realizada com um dos líderes dos ROL, ilustra isto. O entrevistado refere-se à desconfiança sentida em relação aos meios de comunicação social, que devem ser “limpos”, e a uma necessidade geral de informações “verdadeiras”.

Foi assim que percebemos que as pessoas estavam realmente muito envolvidas e que as pessoas precisavam ser informadas, sabe. Porque os meios de comunicação social não dizem o que se passa realmente [...] Também é preciso *limpar* a imprensa, mas na verdade, *já não se pode* mais comprar um jornal ou assistir televisão (líder feminina do ROL, mais de 55 anos).

Esta postura de denúncia panfletária visa a imprensa, mas também todos os partidos políticos e particularmente o PT. O segundo extrato apresentado abaixo denuncia os jogos de poder entre os poderosos e os meios de comunicação social, “alianças secretas entre políticos que são feitas em detrimento dos Brasileiros”.

Porque os meios de comunicação social no nosso país recebem subsídios públicos, e para continuarem a receber estes subsídios eles têm de ajudar o governo que os paga. Hoje [agosto de 2017], os meios de comunicação social querem derrubar este governo [do presidente interino Michel Temer, após a destituição de Dilma Rousseff] porque eles têm interesse em que outras pessoas tomem o seu lugar, incluindo o próprio Lula. É uma troca de favores (Militante feminina dos ROL, 43 anos).

A presença desse *ethos* nos enquadramentos está entrelaçada com a retórica da denúncia da conspiração.²⁷ A utilização de ambos reforça a sua posição de contrapúblico, uma vez que o *ethos* panfletista produz um contradiscurso que deve estar à margem da postura dominante e explícita. Destas construções argumentativas específicas às teorias da denúncia da conspiração,²⁸ identificamos três que estão particularmente presentes nos enquadramentos dos ROL.

- O primeiro elemento retórico observado é a tendência para a personificação e reificação. Este princípio consiste em resumir a complexidade do social - ou um fenômeno social difícil de apreender - na prática de alguns homens, os “esquerdistas” ou de um partido. Isso é muitas vezes acompanhado pelo preconceito da intencionalidade, que empresta intenções refletidas (ou *agency* em inglês), como no sentido de intenção humana, a fenômenos reificados e gerais tais como “o sistema”, “o capitalismo”, “o socialismo”.²⁹ É o que observamos, por exemplo, nas palavras desta entrevistada, que presta uma intenção precisa e definida a um conceito que se torna uma

27 A fim de caracterizar esta tendência, retomamos o argumento desenvolvido no livro editado por E. Danblon (2010) que apoia o fato de que as “denúncias de conspiração” são sobretudo explicações do mundo que recorrem a uma retórica falaciosa. Estes argumentos podem ser encontrados em qualquer tipo de discurso, mas estão particularmente concentrados em discursos que denunciam conspiração. Portanto, em vez de identificar “teorias da conspiração”, E. Danblon sugere que se olhe para os argumentos que são formulados com este estilo retórico particular.

28 Listadas por E. Paparouni (2010).

29 Um meio que G. Bronner e E. Géhin (2017) também reprovam em certos estudos sociológicos.

entidade por direito próprio: a “esquerda” e a “nova ordem mundial”.

Porque ele mostra [o Foro de São Paulo³⁰] como a esquerda atua fora do país, certo? Assim, a ONU e as suas agências... Todos acreditavam que a ONU devia preservar o bem-estar das nações. Hoje compreendemos que ela é o braço direito da Nova Ordem Mundial (Militante feminina dos ROL, mais de 55 anos).

- O segundo método retórico consiste em formular racionalmente um raciocínio que não o é. Isto é também o que acontece quando *uma convergência de pistas*, em vez de *provas*, alimenta reflexões que em última análise servem apenas para apoiar o ponto principal. Na reflexão abaixo, exposta numa entrevista por uma militante dos ROL, o raciocínio é formulado para servir à sua tese: a existência de um “plano de poder” que “os poderosos, a esquerda” estariam tentando fazer passar sem o conhecimento dos brasileiros.

[Durante as manifestações de junho de 2013] Foi aí que eles começaram a fazer alarido sobre o aumento dos 20 centavos, para chamar a atenção para isso e para que as pessoas se afastem do que é importante, ou seja o Foro de São Paulo. E depois houve as chamadas “não se trata apenas dos 20 centavos”. Nós [os ROL] também fizemos uma ação para denunciar o fato de que não se tratava

30 O Foro de São Paulo é uma associação internacional fundada em 1990, na sequência de uma reunião de 48 partidos de esquerda latino-americanos em São Paulo, a pedido do Partido dos Trabalhadores. Nesta reunião, os diferentes partidos discutiram e redefiniram as suas posições em resposta ao fim da Guerra Fria e à abertura da URSS. As organizações do movimento pró-destituição veem esta associação como uma concretização de um projeto internacional para estabelecer Estados socialistas até mesmo comunistas na América Latina.

apenas dos 20 centavos, mas que era contra um projeto contínuo para tomar o poder, um plano de poder. (Militante feminina dos ROL, 43 anos).

- A terceira linha retórica identificada é a negação dos contra-argumentos apresentados a fim de manter o carácter “escondido” ou “secreto” da Verdade declarada. Esta forma de desviar a crítica formulada está ligada ao processo de auto-imunização face à crítica. Ao contrário do pensamento científico, que se baseia no princípio da demonstração e da verificação, o pensamento conspiratório mobiliza estratégias de auto-imunização face à crítica, a fim de manter o seu raciocínio contra tudo e contra todos.³¹ Por conseguinte, ela não sujeita o seu próprio raciocínio à dúvida, exceto para argumentar a favor da sua própria tese, por exemplo, no seguinte extrato:

É tão absurdo [...], mas o Facebook conseguiu suspender a página dos ROL.

– Sumiu ?

Foi desativada sem qualquer forma de retorno. E o que é isso? Vivemos num período de censura, porque eles nunca deram uma única explicação, apenas disseram que uma publicação tinha violado a política do Facebook (Militante e líder feminina dos ROL, mais de 55 anos) .

Neste extrato, o fato de a página dos ROL ter sido fechada pelo Facebook em agosto de 2016 só pode ser explicado, para os ROL, pela censura política. Censura que alimenta o seu sentimento de serem excluídos e marginalizados. Numa

31 L. Nicolas (2010).

entrevista, a militante não considera a explicação dada pelo Facebook, ela reconhece que não é possível provar a correção do seu ponto de vista, mas recusa-se a questioná-lo.

Paralelamente à utilização deste estilo retórico específico, observamos que esses procedimentos argumentativos combinam também com referências históricas brasileiras. Sendo a principal delas as referências ao anticomunismo. Na segunda metade do século XX, o continente latino-americano foi marcado pela guerra ideológica entre a URSS e os Estados Unidos, e o imaginário de uma ameaça comunista é uma característica típica da direita latino-americana.³² Esse imaginário está presente sob duas formas: a ameaça “externa”, internacional, porque a luta comunista é uma luta que se quer internacional,³³ mas também a ameaça de um “inimigo interno”.³⁴ Neste caso, um indivíduo “socialista” torna-se um elemento subversivo que faz parte da sociedade e representa um perigo para ela. Uma militante dos ROL refere-se explicitamente a isto numa entrevista:

Eu, por exemplo, não teria desejado que o pedido de impeachment [que foi aceito] fosse aquele [redigido por] Hélio Bicudo. Porque Hélio Bicudo ele é... é de esquerda. Contra o PT ou não.

– De esquerda?

Sim, tem uma ideologia socialista. E isto, hoje é um grande mal do Brasil - não só do Brasil, na verdade, mas de todo o mundo - [...] Temos de combater o socialismo dentro do Brasil (Militante feminina dos ROL, mais de 55 anos).

32 E. Boholavsky e S. Boisard (2016).

33 R. Motta (2000).

34 M. Chirio (2016).

Os militantes que se apresentam e formulam o mundo desta forma, fazem-no para dar novamente significado a um mundo que, aos seus olhos, não tem ou já não tem. Isto é o que Vera Nikolski chama “o escapismo”: desenvolvendo teorias de conspiração, estes militantes recriam um mundo sobre o qual têm controle, que os coloca novamente no centro do jogo político.³⁵ Encontramos o mesmo processo nos dados recolhidos durante as nossas entrevistas com os militantes pró-impeachment. Formular o mundo utilizando os enquadramentos caracterizados pelo ethos panfletista torna-o compreensível. Isto permite ao militante apontar culpados e valorizar-se como um “denunciante” que é semelhante a uma espécie de herói omnisciente, capaz de entender as negociações políticas sociais, um indivíduo que é “mais inteligente que os outros e que age para o bem de todos aqueles que ainda não entenderam”.³⁶

Qual saída da margem?

Para entender como o conceito de margem pode nos ajudar a compreender a construção do significado dado à luta por ideias e valores de direita radical e extrema, partimos do conceito de contrapúblico subordinado, formulado por Michael Warner. As organizações de movimentos sociais, MBL e ROL, são compostas por indivíduos que se representam à margem por causa das suas ideias. Eles fazem parte de um contrapúblico

35 V. Nikolski (2010).

36 E Paparouni (2010: 111).

subordinado do qual emergiu o movimento pró-impeachment (2014-2016). Estes indivíduos encontram de novo significado e legitimidade quanto às suas ideias e ações através dos enquadramentos produzidos pela organização.

O objetivo aqui não era identificar a origem da produção dos enquadramentos, mas sim desconstruir a forma como esta formulação específica ressoou para os militantes entrevistados. O sentimento de estar à margem, o fato de se sentir à margem, parece particularmente importante para desenvolver o processo central de produção de significado pelos contrapúblicos que são o MBL e os ROL. Esta produção de significado, observada através dos enquadramentos da organização, é caracterizada por dois processos retóricos: o ethos do dominado e o ethos panfletista. É através desta formulação e apresentação das ideias e valores que o militante vem tomar parte na luta.

Para além da forma como a representação da margem influencia estes enquadramentos, a questão da posição como contrapúblico à luz da amplitude das mobilizações merece ser mais explorada. A força numérica das mobilizações bem como a concretização da sua principal reivindicação - a destituição de Dilma Rousseff – coloca-as numa posição de força no centro do jogo político brasileiro. Entre 2014 e 2016, estes grupos ganham um lugar no seio do “espaço dominante”. Isto pode ser observado, nomeadamente, pelo tratamento midiático que lhes é reservado pela imprensa tradicional em São Paulo, a mesma imprensa que é, no entanto, denunciada nas entrevistas. Por exemplo, um dos líderes do MBL, Kim Kataguri, foi convidado a escrever editoriais semanais para o jornal Folha de S. Paulo,

desde janeiro de 2016 e isto durante um ano. Embora estas organizações tenham sido formadas em torno de um sentimento comum de serem marginalizadas nos debates públicos pelas suas ideias, os reposicionamentos associados ao sucesso do movimento pró-impeachment não levou, contudo, a uma mudança no que concerne às características dos seus enquadramentos. Podemos assim observar as especificidades dos enquadramentos produzidos pelos “contrapúblicos” até o fim do movimento social em agosto de 2016.³⁷

Ao longo das mobilizações sociais e eventos políticos que marcam a atividade do movimento entre 2014 e 2016, os enquadramentos dos ROL continuam a mobilizar o ethos panfletista: os meios de comunicação social e “o sistema” continuam a ser os seus principais inimigos. No caso do MBL, a crescente polarização entre a esquerda e a direita que caracteriza o Brasil entre 2015 e 2016 pode ter facilitado a manutenção da retórica do “*ethos* do dominado”. De fato, nesse contexto, o MBL pode ricochetear em todas as formas de ataques, apresentando-os como uma imposição do público dominante.

À medida que este começa a ser considerado pela imprensa como um interlocutor válido, ele adapta os seus enquadramentos radicalizando o seu discurso, procurando assim manter uma coerência entre o seu estatuto de contrapúblico e os

37 Após a destituição ter ocorrido a 31 de agosto de 2016, as organizações tiveram de se reposicionar e proceder a novos realinhamentos de enquadramentos. Vários candidatos foram apoiados pela organização nas eleições municipais de 2016 e nas eleições federais de 2018 e a presença do repertório discursivo “contrapúblico” parece-nos ter diminuído significativamente nos enquadramentos produzidos. Esta evolução mereceria ser explorada no quadro de futura investigação.

enquadramentos produzidos. Como o responsável pela comunicação do MBL menciona no extrato da entrevista abaixo, o conflito inerente à identidade deve ser reforçado para se destacar e permitir a continuação do sucesso em termos de atratividade nas redes digitais.

Foi aí [em 2015] que começamos a estar em conflito com toda a gente [as outras organizações do movimento e da imprensa] e a ser os mais revolucionários e tudo isso. E nessa altura era um tabu falar de privatização, de liberalismo, mas nós, falávamos sobre isso. E quanto mais falávamos sobre isso, quanto mais a imprensa achava que era estúpido, quanto mais membros tínhamos (Militante masculino MBL, 22 anos).

O paradoxo dos contrapúblicos consiste em que a razão de ser desta identidade coletiva reside no fato de representarem a si próprios como estando à margem. Toda a força retórica dos enquadramentos assenta no fato de se apresentarem como tal; falar de um “tabu” das ideias defendidas, como no extrato da entrevista anterior, é um bom exemplo. Quer seja dos ROL ou do MBL, a capacidade de manter os discursos dos contrapúblicos deslocando-se ao mesmo tempo para o lado dos públicos dominantes é essencial para manter a coerência dos seus enquadramentos e, por conseguinte, da sua luta.

Como M. Berbrier observa no seu trabalho sobre a utilização da identidade minoritária, quando um grupo consegue mudar o estigma que lhe está associado e convencer as pessoas de que o seu estatuto é o de uma minoria e não o de desvio, ele também perde alguns dos “privilégios” próprios deste estatuto. Na opinião dele: “*However, this is not to argue that being deviant*

is always shunned. For some conformity implies a co-optation that limits one's ability either to act out (or be oneself), or to stand back and critique".³⁸ Renunciar ao estatuto de contrapúblico é voltar a sair das margens, é sair desta posição de “oposição” que forma o substrato do protesto, para a de um membro do público dominante, tão mal-afamado.³⁹

Referências

BENFOR, R.; SNOW, D. “Ideology, frame resonance, and participant mobilization”, *International Social Movement Research*, 1, 197-217, 1988.

BERBIER, M. “Making Minorities : Cultural Space, Stigma Transformation Frame, and the Categorical Status Claims of Deaf, Gays, and White Supremacist Activist in Late Twentieth Century America”. *Sociological Forum*, 17, 4, 553-591, 2002.

BOHOLAVSKY, E.; BOISARD, S. E. (Eds.), “Les droites latino-américaines pendant la guerre froide (1959-1990)”. *Cahiers des Amériques Latines*, 79, 176, 2016.

38 M. Berbrier (2002: 258) [“No entanto, isso não quer dizer que ser desviante é algo a ser sempre evitado. Pois alguma conformidade implica uma cooptação que limita a capacidade de uma pessoa de agir (ou de ser ela mesma) ou de recuar e criticar”].

39 O conceito de contrapublicidade dominante oferece um quadro teórico para apreender essa nova dinâmica em que os membros do Estado estão usando a contrapublicidade enquanto governam. Esse fenômeno mina a base da esfera pública e do debate público em benefício de uma cultura política autoritária (Rocha, Medeiros e Solano 2021).

- BRITT, L.; HEISE, B. "From Shame to Pride in Identity Politics" em *Self, identity, and social movements*. University of Minnesota Press, 2000.
- BRONNER, G.; GÉHIN, É. *Le danger sociologique*. Presses Universitaires de France, PU: 2017.
- CHIRIO, M. "Lutter contre l'ennemi interne : La longue histoire d'une obsession de la droite brésilienne", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2016.
- DANBLON, E. et al. *Les rhétoriques de la conspiration*, Paris: CNRS, 2010.
- DURAND, P.; SINDACO, S. *Le Discours "néo-réactionnaire"*. Paris: CNRS Editions, 2015.
- FRASER, N. "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" *Social Text*, 25/26, 56-80. 1990.
- HABERMAS, J. "L'espace public, 30 ans après". *Quaderni*, 18(1), 161-191, 1992.
- JASPER, J. M. "Choice Points, Moral Batteries and other ways to find Strategic Agency at the Micro level". Em *Strategies for Social Change*. U. of Minnesota Press, 2012.
- LOUAULT, F., De BARROS, M. e KERMOAL, K. (Orgs.) *Marges et marginalités au Brésil: Espaces, pouvoir et société*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2022.
- MEYER, M. *Principia Rhetorica. Une théorie générale de l'argumentation*. Presses Universitaires de France, 2010.
- MISCHE, A.; ALONSO, A. "Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests". *Bulletin of Latin American Research*, 36, 144-159, 2016.

- MOTTA, R. *Em guarda contra o perigo vermelho : O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2000.
- MUDDE, C. *The war of words defining the extreme right party family*. West European Politics, 1996.
- NICOLAS, L. “Rhétorique du complot. Itinéraire d’une pensée fermée” em *Les rhétoriques de la conspiration*. Paris, CNRS, 2010.
- NIKOLSKI, V. *Le moment escapiste : Militantisme et production théorique dans une conjoncture de crise : Deux mouvements de jeunesse radicaux (NBP et ESM)* Tese de doutorado em Ciências Políticas e Sociais, Paris, Université Paris 1, 2010: <http://www.theses.fr/2010PA010300>, p. 600. 2010.
- OFFERLÉ, M. “Retour critique sur les répertoires de l’action collective (XVIIIe–XXIe siècles)”, *Politix*, n° 81(1), 181-202, 2008.
- PAPAROUNI, E. “La notion de ‘théorie du complot’ : Vers une méthode empirique” em *Les rhétoriques de la conspiration*, Paris, CNRS, 2010.
- PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. “Disentangling and Locating the ‘Global Right’: Anti-Gender Campaigns in Europe”. *Politics and Governance*, 6(3), 6 19. 2018.
- POLLETTA, F.; JASPER, J. “Collective Identity and Social Movements”. *Annual Review of Sociology*, 27, 283-305, 2001.
- ROCHA, C. “‘Imposto é Roubo’! A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- Impeachment de Dilma Rousseff”. *Dados*, 62(3), 2019.

- ROCHA, C.; MEDEIROS, J.; SOLANO, E. *The Bolsonaro Paradox. The Public sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*, Springer, Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2021.
- SNOW, A. et al. (Eds.), *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements* (Vol. 1 I III), 2013.
- STEIN, A. “Revenge of the Shamed: The Christian Right’s Emotional Culture War” em *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*, University of Chicago Press, 2009.
- STEINBERG, M. W. “Tilting the frame: Considerations on collective action framing from a discursive turn”. *Theory and Society*, 27(6), 845-872, 1998.
- THIMSEN, F. “ Did the Trumpian Counterpublic Dissent against the Dominant Model of Campaign Finance?”, *Javnost - The Public*, 24(3), 267-283, 2017.
- VRYDAGH, F. *Gagner les corps, les cœurs et les esprits. Comprendre l’engagement dans le mouvement brésilien pro-destitution (2014-2016)*. Tese de doutorado. Université Libre de Bruxelles, 2020.
- VRYDAGH, F.; JIMENEZ-MARTINE. C. “Conversando com a direita: polarização perniciosa no Brasil e a filosofia de Paulo Freire” *Matrizes*, vol.15 n° 13, 2021.
- WARNER, M. “Publics and Counterpublics”. *Public Culture*, 14(1), 49-90, 2002.
- WODAK, R. *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*. SAGE Publications, 2015.